

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 418.632 - MG (2013/0358868-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A  
**ADVOGADOS** : DÉCIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE E OUTRO(S) -  
MG056543  
GUSTAVO SOARES DA SILVEIRA GIORDANO - MG076733  
CRISTIANNE BARRETO REIS - MG089941  
DAYANA GONÇALVES MARIZ - MG106080  
**AGRAVADO** : TATIANA DRUMOND PIRES  
**ADVOGADO** : MARINA ORDONES PENNA E OUTRO(S) - MG107446

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE EXECUÇÃO - DEPOSITÁRIA FIEL DO BEM PENHORADO - DESÍDIA NA CONSERVAÇÃO - POSSIBILIDADE- PERDAS E DANOS - RESSARCIMENTO DA DETERIORAÇÃO DO BEM - AÇÃO PRÓPRIA PARA AVERIGUAR OS PREJUÍZOS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO*

*O depositário de bem penhorado é um auxiliar do juízo devendo proceder a guarda e conservação do bem. - Verificada a deterioração das acessões constantes no imóvel penhorado, o depositário pode ser declarado desidioso devendo arcar com os prejuízos causados, porém, tais valores devem ser apurados em ação própria, proporcionando a dilação probatória, o contraditório e a ampla defesa. " (e-STJ, fl. 826)*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 859/866).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação dos arts. 364, 535 e 680 do Código de Processo Civil/73; Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional e b) *"já há um laudo pericial demonstrando qual foi a perda, sofrida pela Recorrente não se afigurando crível a interposição de outra ação para que este valor seja arbitrado - até - , comprovado - por que - conforme já hialinamente comprovado - todo o procedimento executório se balizou a partir dos exaustivos laudos, podendo; - pois ser executado nos próprios autos"* (e-STJ, fl. 885).

Contrarrazões apresentadas às fls. 895/907.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

No recurso em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

O Tribunal de origem concluiu que verificada a deterioração das acessões constantes no imóvel penhorado, o depositário pode ser declarado desidioso devendo arcar com os prejuízos causados, porém, tais valores devem ser apurados em ação própria, proporcionando a dilação probatória, o contraditório e a ampla defesa. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

*"No caso em comento, a agravante não cumpriu, o seu encargo, sendo considerada desidiosa, visto que não procedeu a conservação do bem na mais perfeita lisura. No entanto, tenho que eventual prejuízo decorrente do descuido pelo encargo judicial deve ser resolvido por meio de perdas e danos, consoante o disposto nos art. 148 e 904 do CPC. (...)"*

# Superior Tribunal de Justiça

*Desta forma, qualquer discussão acerca destes valores deve ocorrer em meio próprio, onde será permitida a dilação probatória, o que não é cabível nesta ação de execução. Nesta seara, incorreta a determinação para a depositária ressarcir da quantia de R\$ 180.000,00 referente a diferença existente entre as avaliações do bem constrito. (...) A jurisprudência deste egrégio Tribunal não discrepa acerca da necessidade de ação própria para apuração de eventuais prejuízos (...)*

*Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao agravo de instrumento, para manter a declaração da agravante como depositária infiel, devendo, no entanto, ser decotada a condenação no pagamento da diferença apurada nas avaliações nos termos da fundamentação supra." (e-STJ, fls. 830/831)*

Por sua vez, na petição de recurso especial, a ora agravante limitou-se a invocar violação aos artigos 364 e 680 do CPC/73. É de se concluir, portanto, que os dispositivos legais indicados como violados não possuem pertinência com o decidido no v. aresto hostilizado, não tendo, assim, força normativa suficiente para reformar o acórdão impugnado. Com efeito, "a indicação de artigo de lei federal tido por violado que não guarda pertinência temática com a matéria discutida nos autos obsta o conhecimento do recurso especial, a teor da Súmula 284/STF" (REsp 846.049/SP, **Rel. Min. ELIANA CALMON**, Segunda Turma, DJ de 08.09.2008).

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA ORIGEM. PREQUESTIONAMENTO FICTO. ART. 1.025 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA.*

*HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. LEI VIGENTE À DATA DA FIXAÇÃO OU MODIFICAÇÃO. CPC/1973. APLICAÇÃO RETROATIVA DO CPC/2015. VEDAÇÃO.*

*DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o art. 1.025 do NCPC, concluiu que "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA*

*TURMA, DJe de 10/04/2017).*

*2. A sucumbência é regida pela lei vigente à data de sua fixação ou modificação, não se aplicando o CPC/2015 para rever critérios de honorários sucumbenciais impostos e revisados antes da vigência do novo diploma processual, sob pena de aplicação retroativa da lei.*

*3. Não se conhece de violação de dispositivo legal quando ausente a pertinência temática entre seu conteúdo normativo e a questão decidida pelo Tribunal a quo, uma vez que patente a falha de fundamentação do recurso especial (Súmula 284/STF).*

*4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "A inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial quanto ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese" (AgInt no AgRg no AREsp 317.832/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/3/2018).*

*5. Agravo interno não provido.*

(AgInt no REsp 1634835/PR, **Rel. Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 12/11/2018)

*"ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535. INOCORRÊNCIA. COMANDO INCAPAZ DE INFIRMAR A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO. TAXA DE 6% AO ANO. EFICÁCIA DA MP 1.577/97. PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. PRECEDENTES.*

*(...)*

*3. Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, a orientação posta na Súmula 284/STF.*

*(...)*

*6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido."*

(REsp 884.146/MT, 1ª Turma, Rel. Min. **Teori Albino Zavascki**, DJ de 16.8.2007)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator